



Artigo | Dossiê Patologias Sociais e Interfaces com a Educação

O capacitismo em relação à alunos com deficiência na perspectiva das patologias sociais

Ableism in relation to students with disabilities from the perspective of social pathology

Capacitismo en relación con estudiantes con discapacidad desde la perspectiva de las patologías sociales

Síglia Pimentel Höher Camargo
 Júlia Victoria Casalinho Pereira
 Adriana Araújo Pereira Borges
 Maria Paula Machado Mello

RESUMO

Estudantes com deficiência são frequentemente desacreditados em suas habilidades para aprender. Capacitismo tem sido a nomenclatura atualmente utilizada para se referir a este tipo de preconceito em relação à capacidade dos estudantes com deficiência de serem bem-sucedidos no contexto escolar inclusivo e serem parte integrante da sociedade. Este estudo pretende refletir sobre o capacitismo como uma patologia socialmente construída, influenciada a partir da forma como pessoas com deficiência são vistas em diferentes configurações sociais ao longo da história. O capacitismo contemporâneo é examinado a partir das ideias de Axel Honneth que compreende as crenças equivocadas e formas de desrespeito a que certos indivíduos ou grupos sociais estão submetidos como patologias que geram sofrimento e impedem a sua qualidade de vida. Possibilidades de enfrentamento do capacitismo na escola são debatidos.

Palavras-chave: capacitismo; deficiência; educação; patologia social.

ABSTRACT

Students with disabilities are often discredited in their ability to learn. Ableism is the term currently used to refer to this type of prejudice in relation to the ability of students with disabilities to be successful in an inclusive school context and be a meaningful part of society. This study aims to reflect on ableism as a socially constructed pathology, influenced by how people with disabilities are seen in different social settings throughout history. Contemporary ableism is examined based on the ideas of Axel Honneth, who suggested that the mistaken beliefs and forms of disrespect to which certain individuals or social groups are subjected to are pathologies that generate suffering and

impede their quality of life. Possibilities for confronting ableism at school are discussed.

Keywords: ableism; disability; education; social constructs.

RESUMEN

Los estudiantes con discapacidades a menudo quedan desacreditados en su capacidad de aprender. El capacitismo ha sido la nomenclatura utilizada actualmente para referirse a este tipo de prejuicio en relación con la capacidad de los estudiantes con discapacidad para tener éxito en un contexto escolar inclusivo y desenvolverse en la sociedad. Este estudio pretende reflexionar sobre el capacitismo como una patología socialmente construida, influenciada por la forma en que las personas con discapacidad son vistas en diferentes entornos sociales a lo largo de la historia. Se examina el capacitismo contemporáneo a partir de las ideas de Axel Honneth, quien entiende las creencias erróneas y formas de falta de respeto a las que son sometidos determinados individuos o grupos sociales como patologías que generan sufrimiento e impiden su calidad de vida. Se debaten las posibilidades de afrontar el capacitismo en la escuela.

Palabras-clave: capacitismo; deficiencia; educación; patología social.

Introdução

Capacitismo é o termo que vem sendo utilizado para se referir a experiências de discriminação a pessoas com deficiência. No que tange a sistemas de opressão a grupos sociais, ele se aproxima do sexismo, do racismo e da homofobia, por serem grupos que diferem do ideal de corpo normatividade, ou seja, aos padrões hegemônicos funcionais e corporais impostos pela sociedade (Araújo et al., 2024; Fagundes; Sobreira, 2023; Gesser et al., 2020; Mello; Nuernberg, 2012).

No Brasil, a discussão sobre capacitismo iniciou mais tarde em relação a outros países como Estados Unidos, que há algum tempo evidencia a luta pela defesa da deficiência como categoria de análise (Gesser et al., 2020), criando o termo *ableism*. No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 já anunciava, no Art. 3º inciso IV, a necessidade de promover o bem de todos, sem preconceitos e outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

Avançando no campo das normatizações, foi promulgada, em 2015, a Lei 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Dentre direitos como a garantia à saúde, à moradia e à educação, a referida legislação, no Art. 88, considera crime o ato de “praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência” (Brasil, 2015). Mas

seriam os documentos legais suficientes para combater as formas de exclusão dos sujeitos com deficiência?

Piccolo (2024) defende a ideia de que o capacitismo vai além de atitudes negativas em relação a padrões existenciais, e que, por isso, não basta somente a criação de programas de combate à discriminação. Ele aborda o conceito de capacitismo estrutural e afirma que a lógica capacitista está internalizada em um projeto da modernidade, ou seja, todos somos atingidos pela concepção do corpo normal, ainda que alguns grupos mais do que outros.

Dessa maneira, entende-se o capacitismo como uma forma de violência física e simbólica que normatiza o corpo perfeito e útil para a sociedade. Ele classifica e hierarquiza os indivíduos de acordo com as suas capacidades: o que podem ou não realizar e/ou produzir. Caracteriza as pessoas com deficiência como dependentes, inferiores, e provoca a internalização de uma imagem negativa e destrutiva de suas especificidades (Mello, 2016; Piccolo, 2024).

Um sistema capacitista propõe um projeto métrico de diferenciação e negação. Além de produzir a deficiência como uma contra imagem à capacidade corporal e, portanto, como diferença indesejada (Tervainen, 2019). Há, neste sistema, uma tendência homogeneizadora que segue uma norma dita universal e divide corpos capazes/possíveis de corpos incapazes/impossíveis de produzir suas relações (Marchesan; Carpenedo, 2021; Piccolo, 2024).

Uma das formas de identificar o preconceito vivido pelas pessoas com deficiência está na linguagem, como por exemplo, em termos como “coitadinhas” e “especiais” (Krause *et al.*, 2024), ou em apelidos pejorativos que extrapolam o respeito à diversidade. Além disso, costuma-se achar que qualquer conquista da vida diária da pessoa com deficiência é uma superação - tornam-se “guerreiras” e “vencedoras”, e suas práticas devem servir de lição para todas as pessoas. Logo, essas condutas reforçam a ideia de que pessoas com deficiência são vulneráveis, frágeis, menos inteligentes e incapazes de seguir a vida de maneira independente (Piccolo, 2024).

Essa incapacidade vista nas pessoas com deficiência está presente em diversas esferas da vida: na incapacidade de trabalhar, de cuidar, de criar, de aprender, de se relacionar. A apropriação dessas concepções é frequentemente internalizada em função da ideia de que a deficiência deve ser apenas tolerada, jamais valorizada diante de sua diversidade. Ela é entendida

como algo que atrapalha, e não como algo que enriquece (Mello, 2016; Nieminen; Pesonen, 2022; Piccolo, 2024).

Essa perspectiva capacitista dificulta e impede a participação ativa das pessoas com deficiência na sociedade (Fagundes; Sobreira, 2023). Não há como saber se são ou não capazes se não lhes são dadas oportunidades de aprender e de conviver com todos. Sabe-se da importância das legislações para o acesso das pessoas com deficiência nas escolas, no mercado de trabalho e vida social, porém, o desconhecimento acerca das especificidades dos sujeitos, aliado ao desinteresse pela diversidade de corpos, ideias e habilidades, reforça as práticas capacitistas e limita a convivência com as diferenças.

Considerando que o capacitismo preconiza a ideia de que pessoas com deficiência não possuem capacidades para serem bem-sucedidas e independentes, busca-se compreender a trajetória de silêncio e controle a que foram submetidas (Piccolo, 2024), e porque esse tratamento foi naturalizado, visto que é um impeditivo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa a favor da diversidade (Krause *et al.*, 2024).

Com isso, este artigo apresenta uma análise da construção de relações historicamente estabelecidas com a deficiência, a produção social do capacitismo como patologia social e, por fim, debate as possibilidades de enfrentamento do capacitismo na escola por meio de práticas pedagógicas alicerçadas na flexibilidade, na criatividade e no combate às violências capacitistas.

Mesmo em lugares ou tempos diferentes, a deficiência insiste em demonstrar que “a natureza nunca traça uma linha sem borrá-la”, adágio que Lorna Wing, estudiosa do autismo, gostava de repetir (Donvan; Zucker, 2017), significando que a natureza não produz somente linhas perfeitas. Pessoas com deficiência teimam em existir, pois a deficiência faz parte da raça humana, que está longe da perfeição. Essa constatação, no entanto, não impede que pessoas com deficiência possam ser consideradas “menos humanas” e por isso, não tenham direito à vida, como aponta Piccolo (2024, p. 5), ao se referir ao termo capacitismo:

Entretanto, restava, ainda, a necessária construção de um corpo teórico que versasse sobre o conceito de capacidade, elemento materializado por Campbell (2001, p. 44) quando esta define o capacitismo como “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de Eu e Corpo (o padrão corpóreo) que se projeta como o perfeito, típico da espécie e,

portanto, essencial e plenamente humano. A deficiência, então, é apresentada como um estado diminuído do ser humano”.

Sendo “menos humanos”, fica mais fácil excluir ou descartar. Mas, de acordo com Omote (2004), a abominação ou necessidade de exclusão de determinadas condições em um momento histórico podem se transformar em alvo de simpatia em outro momento. Em tempos de guerra, as mutilações podem ser sinônimo de heroísmo, enquanto em tempos de recessão, os mutilados podem sofrer a exclusão. A forma como a pessoa com deficiência foi tratada ao longo dos tempos está atrelada às condições sociais, políticas e econômicas das diferentes conformações sociais ao longo da história. Desde sub-humanos, possuídos pelo demônio a portadores de uma disfunção do corpo, sobretudo na perspectiva do descartável e não funcional, fomos, de geração a geração, estabelecendo historicamente as relações e concepções sobre a deficiência. Desse modo, três fatores influenciam o significado que pode ser atribuído à deficiência: o portador ou o ator, a audiência ou o juiz e as circunstâncias sob as quais o julgamento ocorre. Por isso, a condição da deficiência nunca está separada do contexto social onde está inserida.

Na língua inglesa existe uma diferença entre *impairment* (consequência de uma condição orgânica) e *disability* (incapacidade e deficiência, resultado de um contexto social). Nessa perspectiva, ser incapaz de mover as pernas seria um *impairment*, mas não poder entrar na biblioteca é uma *disability* (Salomon, 2013). Essa sutileza da língua é importante, pois ajuda a entender que os impactos da situação de deficiência para um sujeito se relacionam com o tempo e o local que essa pessoa habita. Ainda, esta diferenciação nos permite refletir sobre onde está o déficit que acomete o indivíduo: na sua deficiência, ou na falta de condições sociais que lhe impõe barreiras que não o permita ser autônomo e produtivo na sociedade?

Para o filósofo alemão Axel Honneth, a sociedade, em seu modo de funcionamento, é capaz de construir patologias que acometem os indivíduos e impedem sua qualidade de vida. Em uma perspectiva da filosofia social e da teoria crítica, o autor considera que a formação e constituição de identidades pessoais dos indivíduos ocorre somente quando existe reconhecimento intersubjetivo entre eles (Honneth, 2003). Honneth descreve três tipos de

reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade. Quando estes reconhecimentos entre os membros da comunidade não existem, a cada um geram-se, respectivamente, diferentes formas de desrespeito: maus tratos e violação; privação de direitos e exclusão; e degradação e ofensas. Essas formas de desrespeito afetam a integridade física e psicológica, a integridade social e a honra e dignidade do indivíduo inserido em uma comunidade cultural de valores (Melo, 2014). Na luta por reconhecimento é que surgem os conflitos e a busca por justiça social. Essa tem sido a tônica, assim como para outras classes sociais, da luta que historicamente tem se estabelecido para as pessoas com deficiência que, por séculos, não tiveram (e para muitos ainda não têm) o reconhecimento de seus direitos e cidadania.

Todas as conquistas dos direitos nas áreas de educação, saúde e cultura previstos na constituição brasileira e até então conquistados, tomam forma de lei e garantia de direitos através da LBI (Lei Brasileira de Inclusão) há somente uma década, pela incansável reivindicação desses cidadãos e suas famílias para reconhecê-los como seres humanos que possuem os mesmos direitos que as outras pessoas (Brasil, 2015). No entanto, a existência das leis ainda não eliminam as barreiras atitudinais e não impedem que a visão capacitista de incompetência, improdutividade, inutilidade e invalidez historicamente constituída e enraizada na sociedade ainda permaneça nos dias atuais, gerando o que pode ser compreendido, nas teorizações de Honneth (2011) como uma patologia social, produtora de adoecimento e sofrimento psíquico que impede as pessoas com deficiência se auto realizarem e usufruírem seus direitos e as benesses da vida em sociedade. Para o autor, uma patologia não se trata somente de uma questão de adoecimento físico e psíquico individual, mas está atrelado às relações e configurações sociais patológicas e patologizantes nos vínculos detectores de valores de normalidade que reverberam no indivíduo (Honneth, 2015; Castilhos *et al.*, 2023).

O capacitismo pode ser considerado, pois, mais uma, dentre tantas patologias sociais que, nos primitivos entendimentos da deficiência que ainda hoje persistem, coisifica, desumaniza e limita a pessoa com deficiência para além dos limites que a própria deficiência lhe proporciona. Os déficits, que estão nos entendimentos equivocados da sociedade, são, portanto, o princípio

da vulnerabilidade social e individual a que as pessoas com deficiência estão, há longa data, submetidas (Castilhos *et al.*, 2023).

À medida em que a ciência avança, seria de se esperar uma maior conscientização da ideia de diversidade e de como essa diversidade é o fundamento da humanidade. No entanto, com o avanço da ciência, o que se vê é a criação de inúmeras categorias que expandem o espectro do que seria considerado fora da norma (anormal). Para Ruchat (2003), as disciplinas científicas são também instrumentos de disciplina social: classificando, categorizando e ordenando a realidade através das palavras.

Mas então, como distinguir a criança normal da anormal, a educável da ineducável e a partir disso, desenvolver um ensino adaptado às capacidades de cada uma delas? O termo anormal, inadequado para os dias atuais, no início do século XX, recobria inúmeras realidades infantis: a criança da classe especial, a criança do instituto médico pedagógico, a criança da casa de correção, todas consideradas anormais pelo simples fato de estarem em condições anormais. Junto a isso, uma série de normas se organizam como normas escolares, psiquiátricas ou jurídicas. A anormalidade passa a ser um adjetivo: anormalidade intelectual, anormalidade mental ou anormalidade moral (Ruchat, 2002).

A escola, nesse contexto, assume um lugar paradoxal. As leis de obrigatoriedade escolar abriram as portas para a população, mas a escola funciona em uma lógica meritocrática, onde as desigualdades se evidenciam criando um terreno fértil para o capacitismo.

Enfrentamento do capacitismo nas escolas

Para Valle (2022) somente é possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, quando se acredita nas capacidades dos estudantes. Além disso, a inclusão não pode ser entendida somente como alocação, uma decisão sobre estar neste ou naquele lugar, mas deve ser compreendida como uma filosofia educacional, o que implica a noção de “pertencimento”, em que todos pertencem, todos se beneficiam, todos têm valor, todos contribuem. Essa perspectiva está de acordo com os Estudos da Deficiência na Educação que critica a forma capacitista que insiste na noção de normalidade, dividindo os alunos entre pertencentes e não pertencentes.

A introdução de tópicos como cultura da deficiência, identidade da deficiência e direitos da deficiência pode ser libertadora para muitos alunos que cresceram por meio de um sistema educacional capacitista [...]. Resistir e desafiar o uso da linguagem popular que é depreciativa em relação à deficiência é outra maneira pela qual os alunos podem promover a justiça da deficiência dentro de suas próprias esferas de influência e engajamento (Parekh, 2022, p.111)

Enfrentar o capacitismo implica, portanto, em presumir competência, ou seja, os educadores devem assumir que os alunos podem mudar e demonstrar complexidades de pensamentos e ações que não podem ser previstas. Dessa forma, dificuldades no desempenho não são consideradas como uma evidência de incapacidade intelectual (Biklen; Burker, 2006).

[...] a obrigação do observador não é projetar uma interpretação capacitista sobre algo que outra pessoa faz, mas sim presumir que deve haver uma justificativa ou explicação compreensível para essa ação e, então, tentar descobri-la, sempre a partir da perspectiva da própria pessoa. (Biklen; Burker, 2006, p.168)

A inclusão, enquanto filosofia educacional, depende do respeito pela variabilidade humana em todos os seus marcadores identitários como raça, classe, gênero, cultura, língua (Valle, 2022), e a condição de ter uma deficiência. Por isso, o simplismo da ideia de que basta criar acesso para estar incluído nas escolas, é capacitista. Não basta garantir a matrícula, é preciso criar condições de pertencimento. É possível elencar algumas estratégias que contribuem para esse processo.

O desenvolvimento de um perfil da classe no início do período letivo permite que os estudantes criem laços. Atividades podem ser desenvolvidas com o objetivo de fortalecer o senso de comunidade escolar (Valle, 2022; Parekh, 2022).

O ensino colaborativo é outra forma de estabelecer um ensino que possa atender à diversidade da sala de aula. O professor regente e o professor especialista planejam conjuntamente para que todos possam se beneficiar, independente de terem ou não uma deficiência (Borges *et al.*, 2024; Parekh, 2022)

O Plano Educacional Individualizado (PEI) permite que alunos com deficiência que necessitem de suportes específicos possam receber as acomodações necessárias para que possam acessar o currículo junto aos seus colegas sem deficiência (Borges *et al.*, 2024). As acomodações mudam a forma como os estudantes apreendem o material e podem ser feitas no ambiente, no ensino ou na avaliação, não alterando fundamentalmente o currículo ou o conteúdo, e tem como objetivo proporcionar igualdade de acesso a oportunidades de aprendizagem. As acomodações não alteram o que se espera que o aluno aprenda ou demonstre; em vez disso, mudam a forma como o aluno aprende ou demonstra seu conhecimento. São exemplos de acomodações a extensão do tempo para a realização de atividades, locais preferenciais na sala de aula e uso de tecnologia assistiva. É possível mudar o tempo, o formato, o local, a forma de apresentar, ou combinar tudo isso, para favorecer o estudante (Yell *et al.*, 2022).

O Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) é uma estrutura que combina alguns princípios que são a base para atender a diversidade na sala de aula. A partir do Princípio do Engajamento, da Apresentação e da Ação e Expressão, é possível planejar as aulas considerando que todos aprendem de modos diferentes e as necessidades dos estudantes, favorecendo assim, o acesso ao currículo e consequentemente, a inclusão escolar (Meyer *et al.*, 2014; Borges; Schmidt, 2021; Mitchel, 2014). Alinhado ao uso do PEI e do DUA, o Sistema de Suportes Multicamada permite que os professores trabalhem com a diversidade da sala de aula, incluindo os alunos que necessitam de suportes mais estruturados, a partir de uma organização prévia (Costa; Mendes, 2023). Esse sistema de multicamada permite que os professores sejam proativos no fornecimento de suporte e não permitam que os alunos sejam reprovados antes de receberem apoio.

Além destes, Mitchel (2014) elenca outras estratégias possíveis como o Ensino Diferenciado, a Comunicação Aumentativa e Alternativa, a Tutoria por Pares, o trabalho de transição da escola para o pós escola, dentre outros. Todas essas abordagens podem ser consideradas uma forma de resistência ao capacitismo.

Solomon (2013) afirma que nos Estados Unidos da América, as crianças com deficiência têm quatro vezes mais probabilidade do que as que

não têm deficiência de não ir além do nono ano. As estatísticas britânicas apontam que 45% da população de pessoas com deficiência vive abaixo da linha da pobreza. Esse percentual é de 30% nos Estados Unidos. No Brasil, é possível presumir que esse número seja ainda maior, dada a situação atual do país, com políticas assistencialistas que criam dependência em vez de empoderamento e autonomia. Por outro lado, uma agenda extremamente conservadora, com a ascensão em vários países do mundo, contribui para que o capacitismo também se fortaleça, pois ambos bebem da mesma fonte: o preconceito. Por isso, é fundamental que os professores e professoras compreendam que o trabalho que considera a diversidade, as abordagens e intervenções pedagógicas qualificadas e bem implementadas que promovam a inclusão e o fortalecimento de comunidades na escola são um compromisso profissional ético e não apenas uma exigência do Estado, a partir da imposição de leis.

Considerações Finais

Por definição, pertencer significa ser aceito pelos outros. Uma das formas de avaliar se existe pertencimento é compreender como as diferentes pessoas enquadram-se na sociedade existente, ou seja, nas organizações, incluindo escolas e comunidades locais (Baglieri; Shapiro, 2017; Honneth, 2015). Historicamente, em relação às pessoas com deficiência, o que tem ocorrido é o capacitismo, a generalização da ideia de que essas pessoas são incapazes por causa de uma condição específica ou de uma maneira de estar no mundo. É inegável que pessoas com deficiência podem necessitar de suportes, ajustes ou apoios em algum momento da vida, principalmente na escola. Mas oferecer ajustes é diferente de determinar a priori, onde uma pessoa pode chegar, o que ela pode ou não alcançar. Por isso, é importante compreender a inclusão escolar como uma filosofia, o que exige um posicionamento ético: as pessoas têm o direito de ser o que são, o que implica o direito de frequentarem as escolas, irem para a universidade, trabalharem em diferentes locais, ou seja, o direito de pertencerem.

Nessa perspectiva, Honneth contribui com a discussão sobre o capacitismo ao esclarecer que a luta pelo reconhecimento vai além da conquista de direitos, exigindo mudanças subjetivas na forma como

percebemos o outro. A maneira como falamos sobre as pessoas com deficiência e as deficiências é importante. Precisamos melhorar nossas atitudes e linguagem, além de nossas leis e estratégias, para viver uma vida que enfrenta o capacitismo em sua essência.

A presença das pessoas com deficiência nas escolas é uma oportunidade de combate ao capacitismo e de superação desta patologia social. Embora por vezes meritocrática e sustentada no ideário classificatório, é na escola que se constrói possibilidades de reafirmar a importância do princípio da dignidade humana, que afirma que todos têm direitos.

Referências

ARAUJO, Fabiana Zanol; SALLES, Flaviane Lopes Siqueira; CRUZ, Mauricio Barcelos de Barros; SIQUEIRA, Monica Frigini; BONFAT, Daniela Lima; FARIA, Rayanne Rodrigues de; CHICON, José Francisco; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva. Capacitismo, deficiência e educação física: notas sobre uma prática discriminatória e excludente. **Observatório de La Economía Latinoamericana**. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 01-22, 2024.

BAGLIERI, Susan; SHAPIRO, Arthur. **Disability studies and the inclusive classroom**. 2. ed. New York: Routledge, 2017.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. [Lei 13.146 de 6 de julho de 2015]. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BIKLEN, Douglas; BURKE, Jamie. Presuming competence. **Equity & Excellence in Education**, v. 39, p. 166-175, 2006.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; SCHMIDT, Carlo. Desenho universal para aprendizagem: uma abordagem para alunos com autismo na sala de aula. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 27–39, 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.57044. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/57044> Acesso em: 10 jan. 2025.

BORGES, Adriana Araújo Pereira, CAMARGO, Síglia Pimentel Höher, VALLE, Jan. (Orgs.) **Plano Educacional Individualizado para Alunos com Deficiências**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Ampla, 2024.

CASTILHOS, Eduardo Dicke de. Análise conceitual: por um significado de patologia social. *Dissertatio*, v. spl. 13 13, p. 3-15, 2023.

COSTA, J. D. V.; MENDES, E. G. Fundamentos e pressupostos do Sistema de Suporte Multicamada: a cada aluno o suporte necessário. In: MENDES, Enicéia Gonçalves (Org.). **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum**: dos especialismos às abordagens universalistas. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2023. p. 64-81.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia**: a história do autismo. Tradução de Luiz A. de Araújo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FAGUNDES, Flávia Maiara Lima; SOBREIRA, Silvia Garcia. Deficiência e capacitismo: O ensino e a aprendizagem musical a partir de práticas pedagógicas anticapacitistas. **Revista ORFEU**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 2-19, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/23744/16188>. Acesso em: 03 jan. 2025.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa; LOPES, Paula (orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. E-book. 248p. p. 17-35. Disponível em: [GEISA BOCK - 23941.indd](#) Acesso em: 20 dez. 2024.

GORDON, David (Ed.). **Universal Design for Learning: Principles, Framework, and Practice.** 1. ed. Wakefield: CAST Professional Publishing, 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

HONNETH, Axel. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Trotta, 2011.

HONNETH, Axel. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KRAUSE, Marcus Periks Barbosa; BERNARDES, Anaizy Moreira de Oliveira; ROCHA, Iris Maria Ribeiro; PITANGA, Carolina Vasconcelos. Capacitismo e seus efeitos nocivos em alunos com deficiência no ambiente escolar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v. 16, n. 08, p. 01-18, 2024. Disponível em:

Disponível em: <https://cuadernoseducacion.com/ois/index.php/ced/article/view/5081/3820>

Acesso em: 18 dez 2024

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, Curitiba, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199/17003>. Acesso em: 27 dez. 2024.

MELO, R. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 15, p. 17–36, set. 2014.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência saúde coletiva**. v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/J959p5hqv5TYZqWbKvspRtF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 27 dez. 2024.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. Disponível em: [p 635-655 Mello-Nuernberg.pmd](https://p635-655.Mello-Nuernberg.pmd). Acesso em: 03 jan. 2025.

MEYER, Anne; ROSE, David; GORDON, David. **Universal design for learning**: Theory and practice, Wakefield MA: CAST, 2014.

MITCHELL, David. **What Really Works in Special and Inclusive Education**: Using Evidence-Based Teaching Strategies. 2. ed. London: Routledge, 2014.

NIEMINEN, Juuso Henrik; PESONEN, Henri Valtteri. Anti-ableist pedagogies in higher education: A systems approach. **Journal of University Teaching & Learning Practice**, 19(4), 2022.

OMOTE, Sadao. Estigma no tempo da inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 287-308, 2004.

PAREKH, Gillian. **Ableism in education**. Rethinking School Practices and Policies. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2022.

PICCOLO, Gustavo Martins. Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 39, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dRpVwh6C99VB6kq5yxDiyNv/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PIZZI, J.; CENCI, M. S. **Glosario de Patologías Sociales**. Pelotas. Editora UFPEL, 2021. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7723>. Acesso em 24 de fev. de 2025.

RUCHAT, Martine. Entre militance et science: la cause des enfants anormaux à l'Institut Jean- Jacques Rousseau 1913-1933. **Les Sciences de l'éducation – Pour l'Ère nouvelle**, v. 35, n.4, p. 63 – 83, 2002.

RUCHAT, Martine. **Inventer les arriérés pour créer l'intelligence: L'arriéré scolaire et la classe spéciale**: Histoire d'un concept et d'une innovation psychopédagogique Berna: Peter Lang, 2003.

SOLOMON, Andrew. **Longe da Árvore**: Pais, Filhos e a Busca da Identidade. Tradução de Donaldson M. Garschagen, Luiz A. de Araújo e Pedro Maia Soares. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

TARVAINEN, Merja. Ableism and the Life Stories of People with Disabilities. **Scandinavian Journal of Disability Research**, 2019, v. 21, n.1, p. 291-299. DOI: <https://doi.org/10.16993/sjdr.632>. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/58c6/e29db64f424e8da582c3c9070df92cdc5a40.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2025.

VALLE, Jan W. incluindo alunos com deficiência intelectual em comunidades de sala de aula. In: BORGES, A.A.P., PLETSCH M.D. **O aluno com deficiência intelectual na escola**. Editora Mercado de Letras: Campinas, 2022.

YELL, M.; BATEMAN, D. F.; SHRINER, J. G. **Developing educationally meaningful and legally sound IEPs**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2022.

Recebido em: 25/02/2025.
Aceito em: 30/03/2025.

Síglia Pimentel Höher Camargo

Psicóloga (UFSM), Mestre em Psicologia (UFRGS) e Doutora em Psicologia Educacional - concentração em educação especial pela Texas A&M University (EUA). Atualmente é professora Associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

 siglia.camargo@ufpel.edu.br
 <http://lattes.cnpq.br/1925189093877793>
 <https://orcid.org/0000-0001-7058-6519>

Júlia Victoria Casalinho Pereira

Geógrafa e Pedagoga (UFPEL), Especialista em Educação (UFPEL), Mestre em Geografia (UFPEL) e Doutoranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

 juliacasalinho@gmail.com
 <http://lattes.cnpq.br/2505989952006381>
 <https://orcid.org/0000-0009-4720-2172>

Adriana Araújo Pereira Borges

Psicóloga (UFJF), Mestre em Psicologia (PUCMINAS) e Doutora em Educação (UFMG). Atualmente é professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 adrianaapb@ufmg.br

 <http://lattes.cnpq.br/9946652387882951>

 <https://orcid.org/0000-0003-0493-0099>

Maria Paula Mello

Psicologia (Swarthmore College), Mestre em Educação Especial (Vanderbilt University), Doutora em Educação Especial (Vanderbilt University). Atualmente é professora Associada na Pós-Graduação no Departamento de Educação Especializada na Faculdade de Educação no St. John's University em Nova Iorque nos Estados Unidos.

 mellom@stjohns.edu

 <https://orcid.org/0000-0002-1136-0920>